

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.309 - DF (2019/0297382-2)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : ELBER CARVALHO DE SOUZA
ADVOGADO : ELBER CARVALHO DE SOUZA - SP265193
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS**
PACIENTE : LUCIANO RODRIGUES (PRESO)
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS**

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar em **habeas corpus** impetrado em benefício de LUCIANO RODRIGUES, em face de v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios**, no qual postula o impetrante em síntese, a revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

No caso em tela, **ao menos em sede de apreciação sumária**, tenho que o acórdão que decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 23-25) está suficientemente fundamentado, com a indicação da existência nos autos de circunstâncias ensejadoras da custódia cautelar, notadamente pela periculosidade do agente e pelo fato de ter permanecido foragido por mais de dez anos.

Por oportuno, transcrevo trecho do acórdão que decretou a prisão preventiva em desfavor do paciente:

"A natureza cautelar da prisão preventiva impõe-lhe a marca da excepcionalidade, razão pela qual a sua decretação somente se justifica quando se encontram presentes os dois pressupostos básicos das medidas cautelares em geral, quais sejam: fumus boni iuris e periculum in mora. O primeiro diz respeito à prova da existência do crime e indício suficiente de sua autoria. O segundo, por sua vez, encontra-se na garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal ou segurança da aplicação da lei penal, conforme disposto no art. 312 do CPP.

No presente caso, o primeiro denunciado já encontra-se preso em

Superior Tribunal de Justiça

razão do cumprimento de mandado de prisão temporária e o segundo denunciado encontra-se foragido.

A prisão preventiva do primeiro denunciado mostra-se necessária a fim de evitar que este volte a praticar novos crimes, fato que expõe a risco a ordem pública, considerando principalmente a gravidade do delito a que está respondendo.

Por outro lado, a prisão preventiva do segundo denunciado mostra-se necessária como medida de garantia da ordem pública e ainda, para a garantia da aplicação da lei penal e por conveniência da instrução criminal, eis que o crime a ele atribuído se reveste de extrema gravidade, considerado hediondo pela nossa legislação.

Diante do exposto, DEFIRO os pedidos e, com fundamento nos artigos 311, 312, todos do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE EDSON GABRIEL DA SILVA, com vistas à garantia da ordem pública e DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE LUCIANO RODRIGUES como medida de garantia da ordem pública, da aplicação da lei penal e conveniência da instrução criminal" (fl. 23, grifei).

Sobre o tema, colaciono o seguinte precedente desta eg. Corte Superior:

"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do *modus operandi* com que o crime fora praticado, como ocorreu no presente caso. Segundo consta, o recorrente seria o mandante do delito praticado por outros três corréus, os quais teriam subtraído um veículo da vítima, que acabou alvejada na cabeça, tendo falecido em decorrência de traumatismo crânio encefálico.

3. O fato de o recorrente possuir condições pessoais favoráveis, por si só, não impede a decretação da prisão preventiva, consoante pacífico entendimento desta Corte 4. É

Superior Tribunal de Justiça

inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do recorrente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura.

5. *Recurso ordinário em habeas corpus desprovido*"
(RHC 92.060/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 13/06/2018)

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator